26.04.2018 – 14h00
RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Representante de Portugal na Associação Europeia de Circos**
Victor Hugo Garcia Hierro Cardinali e Gonçalo Leal de Matos Teixeira Diniz

Recebida por: Grupo de Trabalho sobre a Participação de Animais em Circos

Exposição: O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho da Participação de Animais em Circo, Deputado Joel Sá, cumprimentou os Representantes de Portugal na Associação Europeia de Circos, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Representante de Portugal na Associação Europeia de Circos para a intervenção inicial.

O Senhor Representante de Portugal na Associação Europeia de Circos cumprimentou os Senhores Deputados e expôs em síntese:

- Em 2005, o Parlamento Europeu considerou o circo como parte do património cultural europeu e instigou todos os Estados-membros a apoiarem aquela arte que para além de ser uma arte cultural é também um modo de vida;

- Em 2018, o circo moderno celebra duzentos e cinquenta anos, nesse período o circo evoluiu como qualquer atividade. O circo de hoje em dia não é o circo de há dez, vinte ou trinta anos atrás, evoluiu ao nível das condições dos animais, dos cuidados veterinários e da nutrição;

- Atualmente, nos números de circo o animal é a estrela não é o domador, o principal objetivo do número de circo é mostrar uma harmonia que existe na relação entre o homem e o animal e não mostrar o animal como uma besta;

- Essa evolução deu-se também ao nível dos treinos e dos exercícios apresentados nos espetáculos. Hoje em dia os exercícios apresentados têm como base comportamentos naturais dos animais;

- Aquele comportamento natural que apresentam no circo tem também um papel pedagógico que é uma espécie de aula da natureza itinerante que os circos proporcionam às escolas, às associações e à população em geral, o que contribui para a preservação da biodiversidade;

- A legislação atual em vigor já regula os circos, ou seja, o circo sempre que quer mudar de cidade tem de ter uma guia passada pelo veterinário que confere que os animais estão em condições;

- Os projetos de lei em apreço não vão de encontro às necessidades dos circos porque o circo é uma atividade que nunca foi apoiada pelo Estado, nem teve nenhum qualquer subsídio ao contrário dos outros países europeus como, por exemplo, a França, a Alemanha e a Itália;

- Os projetos de lei em análise, nomeadamente, o projeto de lei do Grupo Parlamentar do PS utilizam um argumento da saúde pública que não é válido;

- Os projetos de lei dos Grupos Parlamentares do BE, do PAN e dos Verdes são fundamentados em falsidades, ou seja, não há uma pesquisa atual. Nenhum dos partidos foi a um circo ver como é que os animais estão;

- O circo é feito de famílias que subsistem daquela atividade que tem sucesso. Se há público, se não há provas que o circo não consegue atingir certos níveis de bem-estar animal, considera que uma proibição é desnecessária e ainda por cima não tendo em conta o resultado prático que vai ser a morte do circo.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Diogo Leão (PS), Maria Manuel Rola (BE), Miguel Tiago (PCP) e André Silva (PAN) que agradeceram a exposição, tendo ainda colocado algumas questões.

Em resposta, o Representante de Portugal na Associação Europeia de Circos afirmou, designadamente que relativamente ao projeto do Grupo Parlamentar do PCP concorda que é o único que vai um pouco de encontro às necessidades do circo, porque vê não só o bem-estar animal, porque os outros projetos de lei não têm em conta ajudar a fomentar o bem-estar

animal, mas sim a proibi-lo, o Grupo Parlamentar do PCP não, quer manter e assegurar que o bem-estar animal é cumprido, que é o que no seu entendimento deve ser feito.

A gravação áudio da audição encontra-se disponível na página internet do Grupo de Trabalho.

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2018

A assessora

Inês Cadete